

O CONSUMO DA NATUREZA NO NOVO PADRÃO DE OCUPAÇÃO URBANA

THE CONSUMPTION OF NATURE IN THE NEW STANDARD OF URBAN OCCUPATION

Mariana Ferreira Cisotto¹
Antonio Carlos Vitte²

Resumo: O presente trabalho é uma análise a cerca do importante processo de urbanização, especificamente no padrão de ocupação dispersa ou difusa, debatendo a relação sociedade-natureza, questionando o jogo de forças entre o natural e o social na constituição do espaço geográfico atual. Identificando e analisando como se dá a incorporação de áreas verdes urbanas e com quais as intencionalidades. Buscando compreender de que forma a natureza nas cidades deixa de ser uma necessidade social, perdendo seu significado real, transformando-se em objeto de consumo. Tratamos da dispersão urbana e a preservação de áreas verdes detalhando especificamente da questão da valorização urbano ambiental, tratando a natureza como nova raridade. A teoria da urbanização dispersa e a reflexão da relação entre a cidade e a natureza, com a discussão da natureza em seu sentido de nova raridade e como ela é apropriada pelo mercado imobiliário, com a mercantilização da natureza, pela valoração da natureza estética, pela valoração da biodiversidade e os processos de valoração da terra urbana e noção de qualidade ambiental que se cria.

Palavras-chave: Urbanização dispersa; áreas verdes; mercantilização da natureza.

Abstract: The present paper is an analysis about the urbanization process, particularly in the urban sprawl pattern, debating the relationship between nature and society, questioning the balance of forces between nature and social production in the geographic space. Identifying and analyzing how green areas are incorporated and with which intentions. Trying to understand how nature in cities are no longer a social needs, changing the real meaning becoming a consumer object. We deal with urban sprawl and preservation of green areas specifically outline the issue of urban environmental recovery, treating nature as a new rarity. The theory of urban sprawl and the reflection of the relationship between city and nature, with the discussion of nature in its new sense of rarity and how it is appropriated by the real estate market, with nature commodification, the nature of aesthetic valuation, the valuation of biodiversity and the processes of valuation of urban land and the creation of the idea of environmental quality

Key-words: urban sprawl; green areas; nature commodification

¹ Mestre e Doutoranda em Geografia, Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas (SP), CP 6152, CEP 13083-970. E-mail: maricisotto@yahoo.com.br.

² Professor Doutor do Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, IG-Unicamp, Campinas (SP). CP 6152, CEP 13083-970. E-mail: vitte@uol.com.br. Pesquisador CNPq.

A urbanização dispersa

A urbanização dispersa tem ocupado, nos últimos anos, grande destaque nos debates sobre o urbanismo mundial e tem sido tema de vários estudos e da preocupação de urbanistas e pesquisadores do crescimento das cidades. Entende-se como dispersão urbana a expansão horizontalizada e não compacta do tecido urbano gerando uma cidade denominada difusa, dispersa ou espaiada. Em linhas gerais, “o consenso sobre o debate sobre a urbanização dispersa é o descompasso entre o crescimento populacional e expansão física do espaço urbano, isto é, a condução para baixas densidades urbanas” (Ojima, 2007a, p. 94).

Trata-se do aumento das distâncias entre os núcleos de desenvolvimento urbano de uma mesma região. Enfim, são áreas de ocupação urbana não-adjacentes à malha urbana central e que respondem à demanda dos fluxos de movimentos populacionais para trabalho, estudo e demais atividades. (Ojima, 2007a, p. 97).

E no contexto de grande expansão urbana, a dispersão contém o adensamento (Reis Filho, 2006). A ocupação de áreas periféricas dá-se por esse novo padrão de desconcentração territorial, que não nega a aglomeração, mas é a expressão de novas lógicas de localização onde a população utiliza as rodovias e estradas vicinais e vão morar em conjuntos habitacionais fora da cidade (Reis Filho apud Castro, 2009), sem limitar-se ao aumento das formas de ocupação no estilo “suburbano” norte-americano e seu correspondente no caso brasileiro: os condomínios fechados.

Esse novo padrão de ocupação urbana tem como pressuposto a alocação fragmentada da malha urbana e o desenvolvimento urbano não-conurbado, promovendo a formação de áreas urbanas na periferia de algumas cidades, em descontinuidade ao tecido já existente e a formação de novos núcleos, com múltiplas formas de utilização, em pontos mais isolados, características que correspondem à urbanização dispersa (Reis Filho, 2006).

A urbanização dispersa trata-se de uma tendência mundial, porém é um fenômeno que ainda começa a ser estudado. Reis Filho afirma que é um processo em larga escala característico também de países da Europa e também nos Estados Unidos, sendo que na Europa a dispersão é praticamente toda da população de média renda (Reis Filho apud Castro, 2009). Na França, por exemplo, entre os anos de 1968 e 1999, a área urbanizada cresceu cinco vezes enquanto a população dessas áreas cresceu apenas 50% (Pumain, 2004 apud Ojima, 2007a).

A cidade de antigamente, bem circunscrita e diferente do campo, deu lugar ao “domínio urbano”. Em um ambiente urbano disperso, os habitantes são sociologicamente citadinos, não camponeses, mas o habitat que procuram é rural. Por isso eles fogem da cidade, estabelecendo um segundo domicílio ou um lar definitivo. Já nos países pobres é do campo que se foge, em busca da cidade (Berque, 2008). Nos países ricos, existe uma tendência global ao padrão de urbanização dispersa, onde a população de tipo urbano tende a substituir a antiga população camponesa pela decisão de comprar um imóvel mais ou menos longe dos centros com o desejo de morar próximo da natureza (Berque, 2008).

De forma geral observa-se, como tendência, que cada vez mais a cidade apresenta uma estrutura policêntrica, onde o sistema de redes tende a substituir o antigo modelo centro-periferia (Spósito, 2001). O crescimento do território não é mais por uma expansão concêntrica, não pode mais ser descrito por um modelo

espacial radial de forte oposição centro-periferia, pois atualmente se caracteriza pela integração de novos espaços cada vez mais afastados, permitidos pelas vias e gerando uma estrutura urbana fragmentada e crescentemente policêntrica, sendo praticamente impossível a delimitação entre o que é urbano e o que é rural (Spósito, 2001).

O fenômeno da dispersão urbana está diretamente ligado ao uso do automóvel e as vias possuem grande vínculo com a expansão urbana, pois garantem a acessibilidade aos lugares atuando sobre o arranjo territorial do crescimento urbano, influenciando sobre valorização da terra e a estruturação urbana (Villaça, 1978). Grandes transformações econômicas e sociais na década de 1970/80 reestruturaram a configuração do território, por meio da instalação de vias de transporte, que forneceram fluidez ao território, permitindo acessibilidade a novas áreas. O fenômeno da globalização, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes permitiu o crescimento das cidades e o progressivo deslocamento das áreas residenciais para os subúrbios, sendo sido acompanhado posteriormente pelo deslocamento dos setores de serviços e atividades urbanas, caracterizando uma fragmentação da vida urbana. A reestruturação urbana foi instaurada, com facilidade de locomoção propiciada pela difusão do automóvel possibilitando a formação desses novos centros, muito dependentes dos transportes.

Esse movimento configura uma forma distinta de crescimento urbano, caracterizado dentro da literatura de planejamento e políticas públicas como uma forma de crescimento urbano dispersa, ineficiente, desorganizada na configuração e altamente dependente de automóveis e da acessibilidade fornecida pelas vias de transporte (Mancini, 2008).

No Brasil, a dispersão urbana sempre foi uma das características das cidades brasileiras, que ocupam vastas superfícies entremeadas de vazios, fruto da especulação fundiária e imobiliária, que provoca altos custos de instalação e manutenção da infra-estrutura, constantes investimentos em sistema viário, que tornam o transporte coletivo caro e ineficiente e impõe grandes deslocamentos a população (Mancini, 2008 e Reis Filho, 2006).

A tendência da dispersão urbana, associada a crescimento demográfico e a aceleração expansão urbana obrigou a periferização da população de mais baixa renda, destinada a ocupar áreas longe do centro. O padrão de crescimento difuso e espraiado sempre obrigou a extroversão e periferização da população pobre³, destinada a ocupar os lugares longe do centro, em bairros onde predominam a autoconstrução ou os inúmeros conjuntos de casas populares construídos pela iniciativa privada com financiamento público, enquanto as áreas centrais, dotadas das melhores condições ambientais e de infra-estrutura, foram, historicamente, o lugar das elites.

A partir da década de 1970, em Barueri (SP) com o Alphaville de 1973, (cf. <http://www.alphaville.com.br>, acessado em outubro de 2009), nas metrópoles brasileiras, como Porto Alegre (RS) e Brasília (DF) (Mancini, 2008), começou-se a observar a suburbanização da população de mais alta renda. O movimento de criação de condomínios horizontais fechados em Campinas (SP) data também da década de 1970 (Silva, 2008). A expansão do transporte privado permitiu que a população de maior poder aquisitivo pudesse eleger áreas fora dos setores centrais para seu lugar de residência que, pouco a pouco, começaram a atrair as atividades

³ Metade dos espaços de dispersão no Brasil é de "dispersão dos pobres" que se estabelecem nas regiões rurais de uma só vez, onde áreas desabitadas, rapidamente se tornam bastante adensadas (Reis Filho, 2009).

de serviço e comércio a elas dirigidas, gerando novos pólos de centralidade, conferindo grande segregação espacial (Mancini, 2008).

De acordo com Reis Filho (2006), a urbanização dispersa brasileira pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos:

a) pelo esgarçamento crescente do tecido dos principais núcleos urbanos, em suas áreas periféricas;

b) a formação de constelações ou nebulosas de núcleos urbanos e bairros isolados em meio ao campo, de diferentes dimensões, integrados em uma área metropolitana ou em um conjunto de sistemas de áreas metropolitanas;

c) mudanças no transporte diário intrametropolitano de passageiros, que transformou as vias de transporte inter-regional, de tal modo, que estas se tornaram grandes vias expressas inter e intrametropolitanas;

d) difusão ampla de modos metropolitanos de vida e de consumo, também estes dispersos pela área metropolitana ou pelo sistema de áreas metropolitanas (Reis Filho, 2006, p. 13).

A metrópole brasileira, com essa grande segregação socioespacial, tem seu território dividido em setores ocupados majoritariamente por população de diferentes faixas de renda, e também uma estrutura mais descentralizada com diversos focos de centralidades muitos dos quais surgidos em função dos processos de reestruturação econômica por qual passam as principais cidades de todo o mundo (Spósito, 2001). Surgem novos bairros distantes do centro da cidade e se espalham em diferentes formas, diferente da periferização de ocupações em áreas perimetrais contíguas à malha urbana, essa ocupação se inicia em bolsões urbanos, voltados tanto para população de baixa renda, conformando favelas, quanto para população de alta-renda, que passam a habitar condomínios fechados de alto-padrão.

O padrão de urbanização dispersa promove uma reestruturação urbana, as regiões centrais supervalorizam e a população de mais alta-renda segue as vias, passando a habitar novas áreas. Esse movimento é articulado por interesses imobiliários, abrindo novos campos para seus empreendimentos, estimulando o interesse das elites por novas áreas. Sendo a forma do espaço urbano, a materialização do desenvolvimento contínuo do capitalismo, que define o traçado da morfologia espacial urbana, o mercado imobiliário é muito determinante na escolha de novas áreas a serem ocupadas.

A mudança no padrão de ocupação do espaço urbano pelas elites brasileiras é apontada por Villaça (2001) como o principal fator de transformação de nossas nas cidades. Segundo o autor, o deslocamento das residências das elites nas cidades brasileiras, tem força suficiente para deslocar o centro, mesmo quando se afastam dele. Esse afastamento é em parte neutralizado pelo deslocamento do próprio centro na direção delas, no conjunto de estruturas urbanas que carrega (Villaça, 2001). Há uma preferência das elites por ocuparem não mais as áreas centrais, mas as novas áreas abertas pelo capital imobiliário nas periferias onde predominam condomínios horizontais fechados, com residências uni-familiares individuais ou de serviços. Alguns novos condomínios são completos de estrutura urbana, com escolas, hospitais, centros empresariais, se tornando, de certa forma, independentes do centro urbano. Essa característica possibilita a polinucleação urbana, criando diversos novos pontos de centralidade.

Essa passagem do modelo de expansão compacto para um padrão disperso é caracterizado pela presença de grandes vazios urbanos, de espaços livres, não construídos e áreas de baixa densidade populacional. O rápido crescimento condicionou os persistentes problemas de desorganização espacial e inadequação

de infra-estrutura. Na maioria das cidades brasileiras, o crescimento espontâneo é orientado por fatores econômicos e físicos e a falta de um planejamento territorial, que influenciam a configuração de loteamentos desconexos entre si, ligados prioritariamente aos principais eixos viários de ligação, havendo uma migração de atividades urbanas para o campo, ao longo dos eixos de transporte originando manchas urbanas separadas por áreas rurais, alguns autores denominam essas áreas de campos urbanos (*urban fields*) (Mancini, 2008).

De acordo com Campos Filho (1992), o crescimento das cidades, no modelo capitalista, provoca escassez de recursos a serem investidos nas cidades, e a concentração de renda social, da qual decorre a segregação socioespacial, direcionada pela instalação de infra-estrutura e pelo mercado imobiliário, dando-se nas partes mais centrais dos núcleos urbanos e em alguns bairros privilegiados, o que propicia a elevação dos preços dos terrenos. Assim, a cidade capitalista, na medida em que experimenta um crescimento acentuado, expressa em sua morfologia o conteúdo social, dando a estruturação visível de relações sociais extremamente desiguais.

A urbanização é uma das principais intervenções humanas na paisagem geográfica, tendo como objetivo avaliar a repercussão da urbanização dispersa na apropriação da natureza. Apresentamos brevemente os impactos desse padrão de urbanização dispersa no meio urbano e ambiental, relacionando a dispersão urbana e o meio ambiente.

A produção do espaço é o resultado lógico da produção da natureza, que a sociedade realiza cotidianamente ao longo de sua história, onde a produção do espaço geográfico, enquanto atividade humana e social realiza-se sobre um espaço natural (Rodrigues, 1998), sendo a natureza a condição material, cultural e estética.

Na discussão cotidiana sobre problemas ambientais, as áreas verdes tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos (Loboda e De Angelis, 2005). A importância das áreas verdes nas cidades está intimamente relacionada com a quantidade, a qualidade e a distribuição das mesmas dentro da malha urbana, por seu papel como amenizador dos impactos provocados pelas cidades ao meio físico e a qualidade de vida.

Especificamente em áreas urbanas, as áreas verdes são importantes pois, estão se tornando elementos raros, e no padrão de urbanização dispersa há a demanda por cada vez mais áreas que antes estavam alheias ao processo de expansão urbana. Esse novo padrão de ocupação urbana somado ao crescimento demográfico que gera demanda por novas áreas para habitações, para suprir a crescente demanda alimentar e para o sistema de espaços com construções, exerce pressão para o aumento da taxa de degradação ambiental e a destruição de habitats naturais (Santin, 1999). Há necessidade de expansão da malha física urbana ocupando áreas que antes tinham uso agrícola ou eram áreas livres, ou áreas de vegetação nativa.

As áreas verdes são essenciais para a saúde, e também a êxtase do espírito, que encontra repouso nessas paisagens naturais espalhadas no meio da cidade (Sitte, 1992 apud Loboda e De Angelis, 2005), possibilitando melhor qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental, por sua função psicológica, e também absorvem ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações. Os espaços integrantes do sistema de áreas verdes de uma cidade exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho,

inúmeros benefícios ao seu entorno proporcionando a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental.

A natureza como novo elemento da produção urbana

De acordo com Haroldo Torres (1998), a distinção entre cidade e natureza estaria relacionada à constituição de certa "imaginação ambiental", que elegeu ambientes selvagens como geradores de prazer estético, contribuindo, ao mesmo tempo, para definir o ambiente e a natureza como algo não urbano e, portanto, não humano (Torres, 1998). Havia a noção de "moralidade na natureza", sendo extremamente desejável o contato com ela, e de maneira similar, ocorria o mesmo com os equipamentos para atividades esportivas, prevaleciam os modelos paisagísticos de imitação da natureza (Serpa, 2007).

A importância estética do mundo natural possibilitou que o ser humano começasse a apreciar as florestas devido à sua capacidade de embelezar e dar dignidade às paisagens, considerando-as um prazer visual na medida em que foram sendo suprimidas da paisagem (Serrão, 2007). Assim, as áreas que não sucumbiram à exploração econômica foram sendo gradativamente mais e mais valorizadas pelo aspecto ornamental de seus ambientes belos e agradáveis. "A concepção de meio ambiente se configurou uma ferramenta política, econômica, indutora de um movimento de revalorização estética das paisagens naturais, fortalecendo o movimento de estetização no consumo de paisagens" (Luchiari, 2002, p. 27).

As matas, por exemplo, deixaram de representar ambientes hostis ao ser humano para transformar-se em ambientes que proporcionam beleza e prazer à visão. As poucas reservas florestais que não sucumbiram pela exploração econômica foram cada vez mais assumindo seu valor ornamental. Um valor que também pode ter sido atribuído pelo fato dessas paisagens terem se tornado cada vez mais raras na configuração territorial (Serrão, 2007). "Trata-se de uma nostalgia da natureza que é provocada pela sua própria raridade, a qual intenta ser recuperada na reconstrução de paisagens que nos remetem às florestas, mas que são domésticas e controladas pelo ser humano" (Serrão, 2007, p. 19).

Assim, a paisagem natural é valorizada, pois estamos em direção da ausência quase total, pois, o destino das florestas pode ser seu confinamento, confinamento da fauna e da flora, funcionando como aquários, como ambientes simulados de natureza, com fins de apreciação estética. A dicotomia cartesiana entre o ser humano e o mundo natural fomentou a eminência dos elementos naturais como gratificantes para a sua contemplação, em oposição à ciência que os via estritamente como um conjunto de fenômenos a ser estudado (Serrão, 2007). Pela apreciação da sociedade em geral, Hauser justifica da seguinte forma:

a vida em um quadro sem beleza tem uma influência nefasta no equilíbrio psíquico do homem; árvores verdes e gramados têm um efeito repousante para o espírito e desenvolvem no homem o gosto pelo belo. As emoções sentidas ante uma bela paisagem, de linhas bonitas, áreas verdes e água, estão entre as experiências mais fortes e mais enriquecedoras da personalidade. (Hauser, 1965 apud Gomes e Soares, 2003, p. 22).

O padrão de urbanização dispersa se apresenta como um novo elemento, alimentado pelo mercado imobiliário e a moderna preocupação com a qualidade de vida quando, morar perto do campo, e estar em contato com a natureza, que trás diversos benefícios ao homem, com as vantagens de toda infra-estrutura dos centros urbanos é a tônica dos novos empreendimentos imobiliários caracterizada pelos condomínios residenciais, voltados à população de mais alta renda. De acordo com Ricardo Ojima (2007a):

Mais do que um fenômeno empiricamente observável na cidade contemporânea, a dispersão urbana é um processo social relacionado a um novo estilo de vida moderno. Enfim, trata-se dos valores da sociedade moderna e de suas expectativas em relação ao padrão de consumo. É exatamente nessa contradição que residem os principais problemas em torno da dispersão urbana, pois, a expansão desse padrão de consumo ao longo do globo se dá com maior intensidade nos dias atuais e os desafios para a sustentabilidade urbana residem exatamente da manutenção desse padrão (Ojima, 2007a, p. 96).

A dimensão ambiental e seus conflitos decorrentes podem ser percebidos nos contextos urbanos quando uma parcela da população passa a valorizar o meio ambiente como parte essencial de uma determinada qualidade de vida; ou quando as ocupações urbanas passam a ser avaliadas pelo risco potencial ao meio ambiente, quando a dimensão ambiental não pode ser “dissociada do processo de decisão individual e social dentro os contextos urbanos, onde os riscos e incertezas se tornam a racionalidade que determina, em última instância, a ação social” (Ojima, 2007b).

A raridade da natureza na cidade

O intenso crescimento das áreas urbanizadas provoca modificações na paisagem com o conseqüente comprometimento da qualidade do meio físico. O crescimento vertical, mas principalmente o crescimento horizontal com o esgarçamento da malha física, no contexto da urbanização dispersa, incorpora novas áreas, degradando a qualidade dos recursos naturais (solo, água, ar e organismos) e das áreas verdes.

No contexto de expansão urbana, em um padrão disperso, a natureza se torna um tipo de nova raridade, ao passar de infinito a finito. Hoje, a pureza do ar e da água está se tornando rara, já não existe grandes quantidade desses elementos livres na natureza e seu acesso passou a ser regulado pelo mercado, adquirindo assim, além de seu valor de uso, sendo necessidade para sobrevivência dos seres vivos, também adquiriu valor de troca, pois se tornou finita e vendável (Santana, 1999). Antes da industrialização, a natureza não possuía valor de troca, pois não tinham trabalho incorporado e eram considerados infinitos. O valor de uso aparece em oposição à troca, pois a primeira remete a apropriação, e outra em propriedade. E por adquirirem valor de troca, as “novas raridades” se tornam estratégicas para a reprodução do capital, transformada em mercadoria, e tornando privado o acesso a bens públicos, ou livres.

A valorização de áreas verdes em zonas urbanas e o reconhecimento dos benefícios que trazem as plantas aos habitantes das cidades é bastante recente (Salatino, 2001), com a divulgação de idéias ambientalistas e as funções ecológicas,

sociais e econômicas das áreas verdes, mas principalmente seu simbolismo de ambiente intocado e preservado, útil à melhora na qualidade de vida, esses espaços verdes dentro das cidades passaram a ser mais valorizados.

Atualmente as áreas verdes urbanas possuem diversas funções, ou recebem um sentido de nova raridade, por sua escassez no meio urbano. Nos anos 1980, surge a exigência de melhorar a qualidade dos bairros degradados e a cultura paisagística, preocupada com o jardim público, pesquisa categorias funcionais, valores estéticos e significados simbólicos (Serpa, 2007).

A questão ecológica invadiu o cotidiano produzindo uma nova necessidade, a divulgação e formação de consciência ecológica, tem um apelo mercadológico, induzindo gostos e preferências de consumo. Fala-se muito dos benefícios para saúde, dos benefícios psicológicos, que aliviam as doenças da modernidade, pelo contato com a natureza. Essa proximidade da natureza se torna rara na metrópole, pois passa a significar uma condição de vida única, de acesso restrito, limitado.

Tomando como exemplo as propagandas de novos loteamentos de condomínios horizontais fechados de alto-padrão, observamos que a grande maioria dos novos loteamentos residenciais utiliza o discurso verde e parecem trazer a solução para o problema ambiental, cabe apenas ao indivíduo pagar por essa solução. Os loteamentos indicam a possibilidade de viver distante dos grandes centros, com concentração urbana, poluição do ar, sonora e visual e se refugiar em áreas com natureza, com acessibilidade à estrutura urbana, possibilitado pelo padrão de urbanização dispersa.

Na urbanização capitalista projetar um loteamento não é somente o simples traçado de vias e lotes, é também um instrumento de incorporação do homem ao meio-ambiente no contexto das cidades. Isolando os últimos remanescentes de vegetação e utilizando-se de um “capitalismo verde” para lucrar com o empreendimento. Temos o já conhecido marketing verde, e a divulgação da necessidade do contato com a natureza para uma melhora na qualidade de vida urbana, atualmente os incorporadores usam a crise ambiental urbana como argumento para a venda de lotes (Scarim, 1999). Vários são os grupos agem modificando o espaço através de uma prática socioespacial promovendo a diferenciação inerente ao consumo do espaço urbano, identificado por meio da valorização e desvalorização do espaço.

Atualmente, ruas bem arborizadas, ilhas com canteiros e praças públicas com muitas árvores e jardins constituem coletivamente um importante item incluído entre os indicadores de qualidade de vida de áreas urbanas. Especialistas de diversos campos de estudo apontam os benefícios que a proximidade com plantas trazem para a saúde física e mental dos habitantes das cidades (Salatino, 2001). Por essas razões, em muitas cidades de todos os continentes, os bairros mais caros em termos imobiliários costumam apresentar altos índices de arborização, além de residências com jardins muito bem cuidados (Luchiari, 2002). Com o discurso do lazer, qualidade ambiental e qualidade de vida, a natureza é ressignificada no espaço urbano e oferecida com valor de troca para aqueles que podem pagar para residir próximo de áreas verdes. Sob as relações capitalistas de produção, tudo se torna mercadoria. A natureza pode ser comprada e vendida no espaço urbano. Não a natureza em si, como ar puro, terrenos arborizados, contato com avifauna, mas a proximidade dos “espaços verdes”, como parques, praças, áreas de lazer, etc.

A natureza, como remanescentes florestais se torna atrativa por sua raridade, aparecendo como produto de uma formação de consciência ecológica, o consumo da natureza só emerge quando há valorização da paisagem natural

intocada. A associação dessas paisagens com qualidade ambiental permite o aproveitamento dessa consciência ecológica pelo mercado imobiliário. O consumo da natureza, rara, é explorado pelo mercado imobiliário, e o interesse na natureza passa a ser biocêntrico⁴, para uso e contemplação.

No Brasil prevalece a idéia de que o campo ou rural e também o “natural” seriam apenas espaços residuais de uma ambiente pretérito, arcaico e não-desenvolvido. O espaço rural atualmente com a valorização da proximidade com a natureza vem sendo vendido como uma possibilidade de um elo maior com a natureza, já transformada.

Atualmente “o ambiente natural não constitui uma barreira para o capital. A crise ecológica, apesar de ser produto do capitalismo, não constitui um fator central de crise para este. Ao contrário, o capital transforma a crise na possibilidade de novos mercados, de criação de novos campos de acumulação” (Leff 2000 apud Scifone 2006, p. 266). Trata-se então de um processo de “capitalização da natureza”, por meio do qual são reconfiguradas as contradições do capital, gerando novas condições para a sua reprodução a partir de outras formas de exploração de recursos naturais (Scifone, 2006).

As teorias urbanas ressaltam que a cidade é produto da sociedade, em que se entrecrocavam idéias e interesses, incorporam-se ideologias e valores e a questão ambiental urbana é um novo problema que mostra as formas predatórias de apropriação da natureza que destacam as contradições da produção social do espaço. Formas de apropriação tanto reais, referentes às formas concretas pelas quais a natureza é transformada, como simbólicas, referentes ao pensamento sobre as apropriações, ressignificações e transformações. A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza e diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas as problemáticas decorrentes da ação social (Rodrigues, 1998).

A dispersão urbana e a preservação de áreas verdes

A dispersão das ocupações urbanas tem como características o adensamento e alastramento para áreas mais periféricas. O adensamento da população tem claras implicações na pressão sobre os recursos naturais apresentando custos sociais e ambientais distintos. Os custos sociais, por exemplo, podem ser representados pelo aumento dos custos públicos de infra-estrutura urbana, pois a infra-estrutura já instalada nas regiões centrais passa a ser desprezada, inutilizada, surgindo demanda para construção em novas áreas (Mancini, 2008). As redes de distribuição de água e coleta de esgoto, a extensão das linhas de transporte coletivo, a coleta de lixo, a distribuição de postos de saúde adquirem dimensões gigantescas, sobrecarregando a máquina pública e elevando o custo da instalação de infra-estrutura básica de saneamento (Mancini, 2008 e Hogan e Carmo, 2001). Hogan e Carmo (2001) atribuem a este padrão de espraiamento grande parte das mazelas ambientais vividas no estado de São Paulo e em qualquer cidade que siga esse padrão de urbanização. Pois, esse padrão de ocupação

⁴ O biocentrismo é uma concepção de vida, não sendo a oposta ao antropocentrismo que tem a humanidade como o centro da existência. O biocentrismo defende que há deveres diante da manutenção das formas de vida, da natureza, além da humanidade.

horizontal, com espraiamento urbano também consome solos valiosos e a cobertura vegetal e ainda ressalta-se a intensificação do uso de automóveis que aumenta a poluição do ar (Hogan e Carmo, 2001). Existem diversos custos ambientais da dispersão urbana, pois esse modelo de ocupação territorial promove a degradação do meio ambiente. Esse modo de ocupação urbana descontínua e com áreas vagas, onde a ocupação crescente de porções territoriais gera graves danos ao meio ambiente resultando, ao longo do tempo, no agravamento de práticas predatórias (Mancini, 2008).

A dimensão da urbanização dispersa impõe o desmatamento de grandes áreas de vegetação natural provocando também modificações no solo, promovendo impermeabilização do solo, movimento de terras, como terraplanagens e erosão, desabamentos, poluição de mananciais, entre outros. Em termos dos impactos da dispersão urbana nos recursos naturais, o que se torna mais evidente e talvez o mais preocupante é a redução das áreas verdes, pois, para que essa expansão da área urbanizada sob um padrão de baixas densidades seja viável o que ocorre, na maioria dos casos, é ocupação de áreas periurbanas onde antes se constituía a produção agrícola ou áreas de remanescentes de vegetação nativa. A urbanização dispersa como um novo modelo de expansão se apropria de novas áreas, muitas delas com áreas verdes, importantes para manutenção da salubridade do meio ambiente urbano.

Em um olhar sobre a relação entre a urbanização dispersa e a apropriação e consumo da natureza conclui-se que são evidentes as associações entre urbanização e degradação ambiental, sobretudo quando se relaciona o crescimento da população urbana e da malha física à escassez de recursos, a poluição e a qualidade de vida. Mas ainda é relativamente recente a preocupação com os efeitos nocivos causados pela urbanização crescente à estrutura ambiental das cidades. A ação predatória, motivada pelos interesses imediatistas, o crescimento desordenado e a especulação imobiliária deterioram o quadro ambiental das cidades, principalmente em termos de paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Para servir ao capital, as cidades, em nome da economia e da funcionalidade, alteram a paisagem urbana (Serpa, 2007), podendo trazer fortes impactos socioambientais.

[...] tanto no Brasil, como em países mais desenvolvidos, as áreas verdes no sistema urbano são comumente entendidas como simples conjuntos de plantas nativas ou exóticas ou como símbolos abandonados. Os raros “habitats” naturais mais conservados dentro de um sistema urbano estão continuamente sujeitos à ação humana, além de se tornando cada vez mais isolados, pelo aumento da densidade populacional. Os espaços livres destinados ao lazer vêm experimentando uma avassaladora ocupação imobiliária e deterioração, paralelamente, a um crescimento intenso e incontrolado da periferia urbana. (Oliveira, 1996, p. 30).

O trabalho humano transforma a terra em produto, modifica o ciclo da natureza, interfere nas dinâmicas puramente biológicas, enfim, intervém construindo o espaço urbano. Assim, a cidade pode ser interpretada como a materialidade das interferências antrópicas mais marcantes de transformações da natureza, representando o auge das relações sociais e políticas que possui a capacidade de interferir em todos os ecossistemas (Troppmair et al., 2003). Nessa perspectiva, é muito importante a consideração das nossas cidades como patrimônios coletivos.

A produção da natureza, o trabalho humano sobre a natureza é motivado por uma visão utilitarista do espaço que determina as renovações urbanas e as alterações da paisagem descaracterizando o patrimônio ambiental urbano. A produção do espaço caracterizada pela expansão da malha urbana sobre as áreas suburbanas é dada pela incorporação de áreas de vegetação nativa, de glebas que antes tinham uso agrícola, fazendo com que a cidade passe por um processo de insustentabilidade físico-ambiental gerada por práticas ambientais predatórias, que se agravam com a expansão urbana, modernização e refuncionalização dos espaços intra-urbanos e pelo crescimento demográfico.

O geógrafo Brian J. L. Berry afirmou que a dispersão urbana foi possibilitada pela fluidez do território, com infra-estrutura de transportes e ainda da informática, em uma combinação do gosto pela novidade e do desejo de estar em contato com a natureza. A intenção de morar próximo da natureza sempre existiu porém, a industrialização impôs a concentração, a intenção de viver perto da natureza veio à tona, atualmente com os carros diluindo os centros urbanos. Com o consumo do espaço ligado ao uso massivo do automóvel, a decisão por onde viver passou a ser muito mais individualista.

Berry (apud Berque, 2008) fala sobre uma “e-urbanização”, com a internet permitindo morar em meio à natureza, onde é possível encomendar tudo sem sair de casa, sem precisar ir ao trabalho ou fazer compras na cidade. De acordo com Berry e Berque (2008) a natureza é o ideal dos norte-americanos, Berque estudioso da urbanização no Japão afirma que esse também é o ideal japonês e a tendência pode ser observada no Brasil, e no caso, em Campinas.

Almejando viver próximo à natureza, americanos nem japoneses perceberam que a urbanização dispersa “longe de beneficiar a natureza, tem como efeito principal o aumento da pressão humana sobre o ambiente. Ou seja, causa a destruição do próprio objeto de desejo” (Berque, 2008, p.-). Berque ilustra esse fato pela parábola do entregador de tofu: Em uma cidade tradicional, bem compacta, antes da popularização do automóvel. Cem habitantes saíam para comprar alimento na loja da esquina. No urbano difuso, cada um desses cem habitantes, mora em casas individuais isoladas no fim de uma estradinha e encomenda o tofu pela internet. Para entregar a mercadoria passam a ser necessárias cem viagens motorizadas no fim de cem ruas. O que é mais ecológico, a cidadezinha ou o urbano difuso?

Apoiados em números, os urbanistas e os geógrafos provaram que um habitat disperso é indiscutivelmente mais caro que uma cidade com população equivalente (Berque, 2008 e Mancini, 2006). De acordo com Daniel Hogan (2009) “*O adensamento é um meio de facilitar a oferta e de baratear serviços essenciais como de água, esgoto, eletricidade e asfalto, e de atender a demandas como de escolas, saúde e comércio*” (Hogan apud Sugimoto, 2009). Pesquisas de opinião indicam que três quartos da população preferem viver em casas individuais, porém não há espaço suficiente para isso, mas mesmo assim, o mercado tentou organizar a empreitada: no final do século XX, o urbano difuso se disseminou em todos os países ricos.

Seria mais indicado preencher as áreas de vazios urbanos em áreas já adensadas, com infra-estrutura urbana ao invés de ocupar novas áreas, degradando os últimos remanescentes florestais. Existem áreas dotadas de estrutura em bairros que ainda suportam grande acréscimo populacional.

No padrão de ocupação urbana dispersa, ao supor que haverá uma melhora na qualidade de vida, vivendo no meio rural, longe da agitação urbana, a busca da

“natureza” como paisagem destrói seu próprio objeto de desejo, a natureza como ecossistemas e biosfera. A implementação de vias, facilitando a circulação e a instalação de loteamentos em áreas rurais alimenta um círculo vicioso. Portanto, o adensamento da população pode ser favorável para preservação de áreas de vegetação remanescentes.

Mas ainda havendo interesse em viver próximo da natureza, pois os valores sobre qualidade de vida já estão sedimentados na sociedade. Uma solução, não só restringindo áreas verdes em grandes loteamentos residenciais de alto padrão nas periferias urbanas, seria indicado promover o contato com a vegetação é oferecer maior quantidade de parques públicos, ou como sugeriu Hogan (2009): a socialização de grandes áreas verdes que estão fechadas ao público, mesmo quando pertencem ao Estado. “*Não é possível individualizar este desejo de aproximação com a natureza, com cada qual buscando seu jardim e seu pomar*” (Hogan, apud Sugimoto, 2009).

Ao evidenciar a forma como o capital atua, se utilizando do discurso ambientalista deixamos de ser ambientalistas a serviço do capital, com consciência de que não pode haver distinção entre homem e natureza, pois a humanidade se insere na natureza, portanto a transformação e preservação da natureza não têm outro caminho se não a transformação da própria humanidade. Todos os problemas do meio ambiente são conseqüências de outros, ocasionados pelo modo com o homem vê o mundo, suas relações com o poder, com as outras pessoas, com a produção de seus bens e com a geração constante de novas necessidades.

Referências bibliográficas

BERQUE, Augustine. Os “rurbanos” contra a natureza. In: *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, II Série, n.º 16, fevereiro de 2008.

CAMPOS FILHO, C. M. As Correntes de Planejamento no Brasil. Palestra proferida na ocasião *Seminário 230 anos de Campinas: território, urbanismo e Planejamento*. Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2004.

GOMES, M. A. S. e SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 1(1): 19-29, Junho, 2003.

HOGAN, Daniel Joseph e CARMO, Roberto L. do. Distribuição espacial da população e sustentabilidade: alternativas de urbanização no Estado de São Paulo, Brasil. *Idéias*, Campinas, v.8, n.2, p.151-190, 2001.

LOBODA, C. R. e ANGELIS, B. L. D. *Áreas verdes públicas urbanas: conceitos usos e funções*. Revista *Ambiência*, Guarapuava -PR, v. 1, p. 125-139, 2005.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A Mercantilização das Paisagens Naturais. In: BRUHNS, Heloísa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Org.). *Enfoques Contemporâneos do Lúdico*. Campinas: Autores Associados - FEF/Unicamp, 2002.

MANCINI, G. A., *Avaliação dos custos da urbanização dispersa no Distrito Federal*. Mestrado em planejamento urbano. UNB, 2008.

OLIVEIRA, C. H. *Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1996.

OJIMA, Ricardo. Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos. *Revista brasileira de estudos populacionais*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007a

OJIMA, Ricardo. *Análise Comparativa da Dispersão Urbana nas Aglomerações Urbanas Brasileiras: Elementos Teóricos e Metodológicos para o Planejamento Urbano e Ambiental*, NEPO UNICAMP, Campinas, SP, 2007b

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Pini Ltda., 2001.

REIS FILHO, N. G. *Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moisés. *Produção e Consumo do e no Espaço: a problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SALATINO, A. Nós e as plantas: ontem e hoje. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, v.24, n. 4 (suplemento), p. 483-490, 2001.

SANTANA, Paula Verri. A Mercadoria Verde: A Natureza. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette. (Orgs.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. 1 ed. São Paulo: Contexto, p. 177-189. 1999.

SANTIN, Dionete Aparecida. *A vegetação remanescente do município de Campinas (SP): mapeamento, caracterização fisionômica e florística, visando à conservação*. Tese (Doutorado), Instituto de Biologia, UNICAMP, Campinas, 1999.

SCARIM, P. C., A “rara” propriedade. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette. (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. Contexto, São Paulo, SP, 1999.

SCIFONE, Simone. *A construção do patrimônio natural*, Dissertação (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

SERPA, A. S. P. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007

SERRÃO, S. M. *Para além dos domínios da Mata: Uma discussão sobre o processo de preservação da Reserva da Mata Santa Genebra*, Campinas SP. Annablume, 2007

SILVA, P. F. F. *A expansão de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974-2005)*, tese de mestrado Arquitetura e urbanismo USP/EESC, São Carlos, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente. Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, 2001.

SUGIMOTO, Luis. Adensar para manter o verde. *Jornal da Unicamp*. Universidade Estadual de Campinas – 14 de julho a 2 de agosto de 2008, p.8

TORRES, Haroldo. D. G. População e meio ambiente urbano: breve discussão conceitual. *Anais do XI Encontro nacional de estudos populacionais*, Caxambu, MG, 1998, p. 1645-1669.

TROPPEMAIR, Helmut. VERONA, J.A; GALINA, M. H. Geografia e questões ambientais, Mercator - *Revista de Geografia da UFC*, ano 02, número 04, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, p. 88-97, 2003

VILLAÇA, Flavio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel, Fapesp, 2001.

VILLAÇA, Flavio. *Uso do solo urbano*. São Paulo: Nobel, 1978.

*Recebido em 06 de junho de 2010.
Revisado em 04 de novembro de 2010.
Aceito em 11 de novembro de 2010.*